

# Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018



# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018	12

# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos  
Administradores e Conselheiros do  
**Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

## Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

### Controle de almoxarifado

A Entidade não possui controles internos para mensurar e registrar em sua contabilidade as quantidades valorizadas em Reais que possui no almoxarifado. Não nos foi possível por procedimentos alternativos de auditoria, mensurar o impacto, se houver, nas demonstrações contábeis da Entidade na data-base de 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfase

### **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS**

Chamamos atenção para os fatos descritos na nota explicativa nº 19, informando que o Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente ajuizou Ação Declaratória nº 0230924-45.2017.4.02.5101 para o reconhecimento de imunidade quanto ao recolhimento de tributos e contribuições federais, bem como a inconstitucionalidade da Lei Federal nº 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13), regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, diante do indeferimento da renovação do CEBAS ao Refazer. Dessa forma, o montante de R\$ 245 mil referente ao INSS patronal dos anos de 2015 a 2018, enquanto não concedida liminar, não está com exigibilidade suspensa. A opinião dos assessores jurídicos da Entidade julga a perda da Ação Declaratória como possível, razão pela qual a Entidade não registrou a referida provisão para perdas judiciais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

## Outros assuntos

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por nós que emitimos relatório em 10 de maio de 2018, com a mesma ressalva e ênfase acima.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

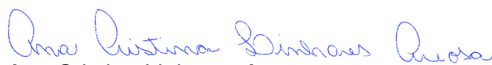
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2019.



Ana Cristina Linhares Areosa  
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – RJ

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## Balanços patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	97.925	50.040
Recursos vinculados a projetos	3	84.694	119.668
Contas a receber	4	15.621	20.305
Outros ativos		18.222	14.651
Despesas antecipadas		2.145	4.293
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>218.607</b>	<b>208.957</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado e intangível	5	251.575	267.372
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>251.575</b>	<b>267.372</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>470.182</b>	<b>476.329</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## Balancos patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Notas	2018	2017
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações com empregados	7	17.397	20.638
Mútuo e conta garantida	8	25.514	2.046
Contas a pagar	9	11.285	36.750
Obrigações sociais e tributárias a recolher		5.915	5.520
Recursos de patrocínios para realização de projetos	6	84.694	119.668
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>144.805</b>	<b>184.621</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Fundo Patrimonial	10	433.388	433.388
Déficits acumulados		(108.011)	(141.680)
		325.377	291.708
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>470.182</b>	<b>476.329</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas operacionais</b>			
Doações recebidas	11	221.904	121.331
Taxa administrativa	11	273.158	325.545
Venda de mercadorias	11	48.201	89.090
Outras receitas	11	131.950	76.330
		675.213	612.296
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	12	(229.950)	(260.418)
Serviços prestados	13	(93.300)	(92.567)
Despesas administrativas	15	(317.358)	(444.101)
		(640.608)	(797.085)
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	14	(9.479)	(17.007)
Receitas financeiras	14	8.543	12.744
		(936)	(4.263)
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>33.669</b>	<b>(189.052)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Superávit (Déficit) do exercício	33.669	(189.052)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<u><u>33.669</u></u>	<u><u>(189.052)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## REFAZER GRUPO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em reais)

	<u>Fundo Patrimonial</u>	<u>Superavit (Déficit) acumulado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	433.388	47.372	480.760
Déficit do exercício	-	(189.052)	(189.052)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>433.388</u>	<u>(141.680)</u>	<u>291.708</u>
Superávit do exercício	-	33.669	33.669
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u><b>433.388</b></u>	<u><b>(108.011)</b></u>	<u><b>325.377</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# REFAZER GRUPO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Das atividades operacionais</b>		
Superávit/(Déficit) do exercício	33.669	(189.052)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciações e amortizações	28.545	28.435
Recursos de patrocínios para realização de projetos	-	(546)
	28.545	27.889
<b>(Acréscimo)/decréscimo em ativos</b>		
Adiantamento a parceiros	675	(697)
Outros ativos	585	4.764
Despesas antecipadas	2.002	(589)
	3.262	3.479
<b>Acréscimo/(decréscimo) em passivos</b>		
Obrigações com empregados	(3.241)	(4.285)
Contas a pagar	(25.465)	(6.835)
Obrigações sociais e tributárias a recolher	395	999
	(28.311)	(10.121)
<b>Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades operacionais</b>	<b>37.165</b>	<b>(167.806)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Acréscimo do imobilizado	(12.748)	(5.231)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(12.748)</b>	<b>(5.231)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Movimentação financeira sobre recursos vinculados a projetos	-	547
Ingressos de empréstimos	25.192	2.046
Pagamento de empréstimos	(1.724)	-
	23.468	2.593
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>23.468</b>	<b>2.593</b>
<b>Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>47.885</b>	<b>(170.444)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	50.040	220.484
No final do exercício	97.925	50.040
<b>Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>47.885</b>	<b>(170.444)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

## 1. Contexto operacional

O REFAZER - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente (“REFAZER ou Entidade”), localizado na Rua Hans Staden 34, Botafogo, Rio de Janeiro foi fundado em setembro de 1995 por profissionais do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e voluntários da sociedade civil. A iniciativa foi um esforço para responder ao desafio que a alta hospitalar no Brasil impõe às populações de baixa renda, isto é, o retorno às condições que geram as patologias e seu possível agravamento. Inicialmente o REFAZER funcionava no próprio IFF, mas hoje realiza suas atividades em sua sede, em Botafogo com o objetivo de:

Promover atividades de assistência humanitária e social em prol da clientela carente do Instituto Fernandes Figueira – hospital referência no tratamento materno infantil e que é uma unidade da Fundação Oswaldo Cruz;

Suprir demandas dos pacientes carentes, deficientes ou não, do referido hospital, após a alta hospitalar ou para possibilitá-la quando encaminhados ao REFAZER - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente, na forma da regulamentação estabelecida para este fim;

Estender a assistência aos familiares dos pacientes, com a finalidade de aliviar-lhes as maiores carências, que afetam ou impossibilitam a recuperação de seus doentes;

Proporcionar ou facilitar o acesso a informações sobre saúde, educação e habitação, lazer, cultura e trabalho, para promover a melhoria da qualidade de vida de seus assistidos;

Colaborar com os profissionais do IFF na promoção, prevenção e reabilitação da saúde de sua clientela;

Estabelecer convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para a consecução de seus objetivos humanitários e sociais. Para cumprir a sua missão, o Refazer obtém receita através de doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como através de vendas em Brechó e Eventos Beneficentes.

Para cumprir a sua missão, o Refazer obtém receita através de doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como através de vendas em Brechó e Eventos beneficentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14 de junho de 2019.

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## 2. Políticas contábeis

### 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem fins lucrativos, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais.

### 2.2. Principais práticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem um vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### b) Contas a receber

Estão apresentados considerando-se os valores estimados de sua realização, líquidas do ajuste a valor presente, quando aplicável.

#### c) Reconhecimento de receitas e custos

As receitas oriundas de doações e contribuições são registradas conforme a determinação da ITG 2002 (Entidades sem finalidade de lucros) do CFC, mediante documento contábil, quando da entrada efetiva de recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias a manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

#### d) Imobilizado e intangível

O imobilizado e o intangível são registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzindo das respectivas depreciações e amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentaram a vida útil do ativo são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil, líquido excede o valor recuperável, e constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

#### e) Recursos de terceiros vinculados a projetos

Os recursos de patrocínios a aplicar em projetos e as respectivas aplicações são registrados em conta específica de passivo circulante e não circulante (vide Nota Explicativa nº6), não influenciando o superávit/(déficit) da Entidade.

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## **f) Tributos e contribuições**

Por ser uma Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da lei nº9.532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas “a” a “e”, do 2º, do artigo 12 da citada Lei, a saber:

- Não remunerar, por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos em conformidade com o disposto em ato Secretaria da Receita Federal;
- Não apresentar Superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício destine o referido resultado, integralmente, a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Não contribuir para a prática que constitua infração disposto da legislação societária;
- Não observar os requisitos legais dispostos no artigo 32 da lei Nº9.430/96.

A Constituição para o Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS: conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidade são isentas de PIS sobre receitas nos termos do §1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº9.532/97.

No que diz respeito a COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº9532/97.

A Entidade goza de imunidade relativa ao ISS, com fulcro no Artigo 150, Inciso VI, Alínea C - Constituição Federal, que veda a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Esta vedação compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais de tais entidades.

A Entidade vem cumprindo com os requisitos previstos na Lei nº 9.532/97 para o gozo das isenções mencionadas.

## **g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através de desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## **h) Demais ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## 3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1.810	2.123
Depósitos bancários à vista	15.103	14.780
<b>Total do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.913</b>	<b>16.903</b>
<b>(1) Total de caixa e bancos pertencentes ao Refazer</b>	<b>16.913</b>	<b>3.449</b>
<b>(2) Total de caixa e bancos pertencentes a projetos</b>	<b>-</b>	<b>13.454</b>
<b>Composição das Aplicações Financeiras</b>		
Aplicações Banco do Brasil – DI 500 – Conta 16688-X	49.590	46.591
Aplicações Banco do Brasil – DI 500 – Conta 26744-9	82.884	106.214
Aplicações Banco do Brasil – DI 500 – Conta 31548-6	33.232	-
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>165.706</b>	<b>152.805</b>
<b>(3) Total das aplicações financeiras vinculadas a projetos (a)</b>	<b>84.694</b>	<b>106.214</b>
<b>(4) Total das aplicações financeiras pertencentes ao Refazer (b)</b>	<b>81.012</b>	<b>46.590</b>
<b>Total</b>	<b>182.619</b>	<b>169.708</b>
<b>Total de caixa e equivalente de caixa – Refazer (1+3)</b>	<b>97.925</b>	<b>50.040</b>
<b>Total de recursos vinculados a projetos (2+4)</b>	<b>84.694</b>	<b>119.668</b>

- (a) Representada por Fundos de Investimentos - DI atrelados à variação do CDI, com remuneração média de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2017);
- (b) Os recursos vinculados a projetos não foram classificados como “caixa e equivalentes de caixa” no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa, pois possuem finalidades específicas.

## 4. Contas a receber

Os valores são relativos à recebimentos de operadoras de cartões de crédito provenientes de vendas do bazar, os quais são recebidos no prazo médio de 30 dias.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operadora de cartão de crédito	15.621	20.305
<b>Total</b>	<b>15.621</b>	<b>20.305</b>

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## 5. Imobilizado e intangível

a) Os detalhes do ativo imobilizado e intangível da Entidade estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	% de taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Edificações	4%	543.648	543.648
Benfeitorias em imóvel próprio	4%	11.359	-
Máquinas e equipamentos	10%	31.206	29.817
Instalações	10%	850	850
Móveis e utensílios	10%	32.203	32.203
Computadores e periféricos	20%	37.906	37.906
Equipamentos de Comunicação	10%	2.900	2.900
Direito de uso - Software	10%	3.170	3.170
Outros	10%	20.567	20.567
<b>Custo total</b>		<b>683.810</b>	<b>671.061</b>
Depreciação acumulada		(432.235)	(403.690)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>251.575</b>	<b>267.372</b>

b) Movimentações do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciação/ amortização	Saldo em 31/12/2018
Edificações	236.041	-	(21.746)	214.295
Benfeitorias em imóvel próprio	-	11.358	(454)	10.904
Máquinas e equipamentos	10.682	1.390	(1.363)	10.709
Instalações	652	-	(85)	567
Móveis e utensílios	4.624	-	(566)	4.058
Computadores e periféricos	11.003	-	(3.407)	7.596
Equipamentos de comunicação	2.151	-	(290)	1.861
Direito de uso – Software	2.219	-	(634)	1.585
<b>Total</b>	<b>267.372</b>	<b>12.748</b>	<b>(28.545)</b>	<b>251.575</b>

As adições do período foram através de doações realizadas por Furnas Centrais Elétricas S.A.

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciação/ amortização	Saldo em 31/12/2017
Edificações	257.787	-	(21.746)	236.041
Máquinas e equipamentos	6.360	5.231	(909)	10.682
Instalações	737	-	(85)	652
Móveis e utensílios	5.190	-	(566)	4.624
Computadores e periféricos	14.410	-	(3.407)	11.003
Equipamentos de comunicação	2.441	-	(290)	2.151
Direito de uso – Software	2.853	-	(634)	2.219
Outros	798	-	(798)	-
<b>Total</b>	<b>290.576</b>	<b>5.231</b>	<b>(28.435)</b>	<b>267.372</b>



# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## 6. Recursos de patrocínios para realização de projetos

Saldo formado por recebimento de valores para custear várias despesas de projetos:

	31/12/2018	31/12/2017
(a) Projeto Geração de Renda	84.144	86.843
(b) Projeto Furnas	-	13.309
(c) Projeto Tijolo-Repsol	550	19.516
<b>Total</b>	<b>84.694</b>	<b>119.668</b>

### (a) Projeto Geração de Renda (Exxon Mobil)

A Exxon faz aportes anuais no mês de abril de cada ano, principal financiadora da Entidade.

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>86.843</b>	<b>120.214</b>
Recursos recebidos	161.659	159.313
Resultado líquido das aplicações financeiras	3.461	7.298
Recursos aplicados	(167.819)	(199.982)
<b>Saldo a aplicar</b>	<b>84.144</b>	<b>86.843</b>

O Projeto Geração de Renda oferece treinamento de produtos artesanais às mães, cujos filhos são assistidos pelo Refazer, permitindo que essas mães possam confeccionar esses produtos em suas próprias casas. Com esse trabalho, elas ajudam a complementar a renda da família, sem deixar de cuidar de seus filhos.

### (b) Projeto Furnas

Data de Início: 22/09/2017

Data de Término: 22/04/2018

Valor do Projeto: R\$ 13.497

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>13.309</b>	-
Recursos recebidos	6	13.497
Recursos aplicados	(13.315)	(188)
<b>Saldo a aplicar</b>	<b>-</b>	<b>13.309</b>

A verba originária de Furnas Centrais Elétricas S.A. teve como finalidade a reforma das instalações do Refazer, principalmente na área destinada ao acolhimento das famílias atendidas, que com regularidade frequentam o Refazer para participar de palestras, atividades sócio educativas e demais práticas oferecidas aos assistidos.

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## (c) Projeto Tijolo (Repsol)

Data de Início: 17/02/2017

Data de Término: 17/02/2018

Valor do Projeto: R\$ 19.516

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.516</b>	-
Recursos recebidos	-	19.516
Recursos aplicados	18.966	-
<b>Saldo a aplicar</b>	<b>550</b>	<b>19.516</b>

O Projeto Tijolo busca melhorias das condições de habitação das crianças e adolescentes portadores de doenças crônicas encaminhadas pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF), cuja inadequação das moradias impede a melhoria de seu estado de saúde. Deste modo, esse projeto pretendeu elevar os padrões de habitabilidade e qualidade de vida das famílias atendidas. A Entidade está analisando como proceder com o saldo remanescente.

## 7. Obrigações com empregados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de férias	16.108	19.109
Provisão de encargos s/ férias – INSS e FGTS	1.289	1.529
<b>Total</b>	<b>17.397</b>	<b>20.638</b>

## 8. Mútuo e conta garantida

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil S/A – Cta. 26744-9 – conta garantida	322	2.046
Contrato de mútuo com Vânia da Cunha Benvolf (a)	25.192	-
<b>Total</b>	<b>25.514</b>	<b>2.046</b>

(a) Empréstimo realizado no montante de R\$ 25.000, corrigido pelo CDB para custeio de despesas da Entidade.

## 9. Contas a pagar

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	5.019	16.606
Construir Arquitetura e Serviços Ltda (*)	-	12.449
Contas a pagar	6.266	7.695
<b>Total</b>	<b>11.285</b>	<b>36.750</b>

(\*) Pagamento parcelado de ação trabalhista transitada e julgada, liquidado em 21/09/2018.

## 10. Patrimônio líquido

Compreende a dotação inicial, acrescida dos valores dos superávits e diminuída dos déficits ocorridos. Em caso de dissolução da entidade, o remanescente do seu patrimônio líquido será, por deliberação dos associados, destinado a entidade de fins não econômicos que, preferencialmente, tenha o mesmo objetivo social do Refazer, sendo vedado aos associados e membros receberem em restituição as contribuições que tiverem prestado à Entidade.

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## 11. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Venda de mercadorias (grife e brechó) (i)	48.201	89.090
Taxa administrativa (ii)	273.158	325.545
Doações recebidas (iii)	221.904	121.331
Outras receitas (iv)	131.950	76.330
<b>Total</b>	<b>675.213</b>	<b>612.296</b>

- (i) Receita com vendas de vestuário.
- (ii) Receita de associados que contribuem mensalmente.
- (iii) Receitas oriundas de doações. Incluindo o montante de R\$ 12.748 de Furnas Elétricas S.A. em imobilizado.
- (iv) Em sua maioria, receita de organização de eventos tais como aluguel de espaço para barracas, bingos, rifa, estacionamentos, etc.

## 12. Despesas com pessoal

As despesas com prestadores de serviços são discriminadas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Proventos	170.469	183.405
Encargos sociais	11.707	15.332
Indenizações trabalhistas	5.102	27.605
Benefícios	42.007	33.315
Outras despesas com funcionários	665	761
<b>Total</b>	<b>229.950</b>	<b>260.418</b>

## 13. Serviços prestados

As despesas com prestadores de serviços são discriminadas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Serviços contratados pessoa jurídica</b>		
Contabilidade	17.204	15.795
Informática	4.550	8.308
Assessoria cadastral	-	190
Serviços médicos	-	655
Segurança e vigilância	3.777	3.563
Assistência técnica	2.482	2.000
Eventos	3.000	3.200
Limpeza de imóveis	1.564	10.724
Serviços gráficos e marketing	32.668	36.976
Outros serviços	28.055	11.155
<b>Total</b>	<b>93.300</b>	<b>92.567</b>

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## 14. Resultados financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Despesas financeiras:</b>		
Despesas bancárias	(8.749)	(13.790)
Juros pagos	(259)	(53)
Multas de pagamentos em atraso	(471)	(270)
Juros bancários	-	(3)
Tributos s/ operações financeiras	-	(2.891)
	<b>(9.479)</b>	<b>(17.007)</b>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.543	12.744
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(936)</b>	<b>(4.263)</b>

## 15. Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Ocupação	7.543	21.110
Serviços públicos	30.003	29.121
Tributos	2.671	2.118
<b>Despesas gerais</b>		
Táxi e conduções	13.492	28.521
Depreciações e amortizações	28.545	28.435
Ajuda de custo	18.605	34.635
Eventos	7.281	9.005
Outras despesas	22.842	10.143
	<b>90.764</b>	<b>110.739</b>
<b>Despesas com doações (*)</b>		
Medicamentos	62.552	88.198
Suplementos alimentares	97.148	154.293
Materiais hospitalares	17.694	26.117
	<b>177.394</b>	<b>268.608</b>
Outros	8.983	12.405
<b>Total</b>	<b>317.358</b>	<b>444.101</b>

(\*) As despesas com doações são destinadas as famílias assistidas pelo Refazer.

## 16. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos (imóveis, equipamentos e veículos) por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. Os seguros que expiravam em maio de 2019 foram renovados para 2020.

Seguradora	Vigência	Cobertura	Valor
Seguros Sura S/A	05/2018 – 05/2019	Incêndio / Raio / Explosão	400.000
Seguros Sura S/A	05/2018 – 05/2019	Riscos comerciais	5.000
Seguros Sura S/A	05/2018 – 05/2019	Queda de raio	40.000
Seguros Sura S/A	05/2018 – 05/2019	Roubo e furto	20.000

# REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## 17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se à Fundos de Investimento atrelados à variação do CDI. Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

## 18. Remuneração dos Administradores

Por se tratar de Entidade sem fins lucrativos, o Refazer não remunera os seus diretores estatutários, conforme previsto no seu estatuto.

## 19. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

O Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente ajuizou Ação Declaratória nº 0230924-45.2017.4.02.5101 para o reconhecimento de imunidade quanto ao recolhimento de tributos e contribuições federais, bem como a inconstitucionalidade da Lei Federal nº 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13), regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, diante do indeferimento da renovação do CEBAS ao Refazer. Dessa forma, o montante de R\$ 245 mil referente ao INSS patronal dos anos de 2015 a 2018, enquanto não concedida liminar, não está com exigibilidade suspensa. A opinião dos assessores jurídicos da Entidade julga a perda da Ação Declaratória como possível, razão pela qual a Entidade não registrou a referida provisão para perdas judiciais.

\* \* \*